

PROCESSO - A. I. Nº 279466.2034/06-0
RECORRENTE - GUARDA CONFECÇÕES LTDA.
RECORRIDA - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RECURSO - RECURSO VOLUNTÁRIO – Acórdão 3ª JJF nº 0271-03/06-A
ORIGEM - INFAZ FEIRA DE SANTANA
INTERNET - 10/08/2007

2ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO CJF Nº 0285-12/07

EMENTA: ICMS. LEILÃO. MERCADORIAS IMPORTADAS. APREENSÃO ARREMATACÃO EM LEILÃO REALIZADO EM OUTRA UNIDADE DA FEDERAÇÃO. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO. Nos casos de arrematação em leilão de mercadoria importada e apreendida, o imposto é devido ao Estado onde ocorrer o leilão. Infração não caracterizada. Modificada a Decisão recorrida. Recurso **PROVIDO**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

Trata-se de Recurso Voluntário contra a Decisão da 3ª Junta de Julgamento Fiscal (3ª JJF) que julgou Procedente o Auto de Infração em epígrafe, o qual foi lavrado pela fiscalização do trânsito de mercadorias para cobrar imposto, no valor de R\$26.350,03, em razão da falta de recolhimento do ICMS incidente sobre importação de mercadoria procedente do exterior, destinada fisicamente a este Estado, no caso de importador ser estabelecido em outra unidade da Federação e o desembaraço aduaneiro ter ocorrido em unidade da Federação diversa da de seu domicílio.

Consta na descrição dos fatos que a mercadoria foi arrematada em leilão da Receita Federal, no Estado do Ceará, sem o pagamento do ICMS para o Estado da Bahia, destino físico da mercadoria, uma vez que o arrematante tem as mesmas obrigações que o importador, conforme prevê o Convênio ICM 10/81.

Na Decisão recorrida, o ilustre relator fundamentou o seu voto, em síntese, da seguinte forma:

[...]

No presente caso, as mercadorias foram arrematadas em outra unidade da federação e destinadas ao Estado da Bahia, nesta hipótese o Convênio ICM 10/81 e alterações posteriores, devidamente recepcionado pela legislação baiana, determina que as arrematações em leilão promovidas pelo Poder Público, de mercadorias importadas e apreendidas, o recolhimento do ICMS será feito, em GNRE, com indicação da unidade federada beneficiária, no mesmo agente arrecadador onde forem efetuados os recolhimentos dos tributos federais.

[...]

Inconformado com a Decisão proferida pela 3ª JJF, o contribuinte apresenta Recurso Voluntário, onde alega que a Decisão recorrida merece ser reformada, conforme relatado a seguir.

O recorrente explica que arrematou lotes de pneus em leilão público realizado pela Receita Federal, no Estado do Ceará (Edital de Licitação nº 0317600/SMA/0001/2006). Diz que a autuação ocorreu quando transportava para o Estado da Bahia parte desses pneus. Em seguida, discorre acerca dos elementos constitutivos do dever jurídico de pagar tributo, quais sejam: o pessoal, o material, o espacial e o temporal. Aduz que dois Autos de Infração anteriores que possuíam perfeita identidade jurídica com o presente lançamento foram julgados improcedentes.

Afirma que o autuante se equivocou quando considerou que os pneus eram importados, uma vez que os mesmos foram apreendidos e leiloados pela Receita Federal. Alega que o autuante

também não considerou o ICMS pago no ato da arrematação da mercadoria. Após reconhecer que a mercadoria estava enquadrada no regime de substituição tributária, frisa que não lhe foi concedida a oportunidade de efetuar o recolhimento espontâneo do imposto.

Sustenta que, ao caso em tela, não é cabível o disposto na cláusula terceira do Convênio ICM 10/81, pois a matéria em lide é regida pelo previsto no art. 11, inc. I, alínea. “f”, da Lei Complementar nº 87/96, no art. 13, inc. I, al. “f”, da Lei nº 7.014/96, e no art. 47, inc. XII, do RICMS-BA, os quais prevêem que o local da operação, para efeitos de cobrança do ICMS, é aquele onde foi realizada a licitação, no caso de arrematação de mercadoria importada do exterior e apreendida ou abandonada. Para corroborar sua alegação, cita o Acórdão JJF Nº 0261-02/06 (fls. 122/125), que decidiu pela improcedência de Auto de Infração lavrado contra o recorrente em idêntica situação.

Ao finalizar, o recorrente transcreve trecho do voto proferido no Acórdão JJF Nº 0261-02/06, solicita que o processo seja encaminhado à PGE/PROFIS, protesta por todos os meios de prova admitidos em direito e solicita a improcedência do Auto de Infração.

Ao exarar o Parecer de fls. 130 e 131, a ilustre representante da PGE/PROFIS afirma que o entendimento contido na Decisão recorrida não lhe parece mais apropriada ao caso em tela, o qual não diz respeito a mercadoria importada e desembaraçada em outra unidade da Federação. Após afirmar que o caso em análise trata de uma arrematação de pneus em leilão promovido pela Receita Federal no Estado do Ceará, a ilustre Parecerista diz que esse é o local da operação para fins de exigência do ICMS, ao teor do disposto no art. 11, I, “f”, da Lei Complementar nº 87/96. Diz que esse dispositivo é uma regra específica e, portanto, se sobrepõe à regra geral. Aduz que, por se tratar de mercadoria sujeita à substituição tributária, deverá a fiscalização verificar se resta ICMS a recolher a favor do Estado da Bahia. Opina pelo Provimento do Recurso Voluntário. O Parecer foi ratificado pelo procurador assistente (fl. 133).

VOTO

O Auto de Infração em epígrafe trata da falta de recolhimento do ICMS incidente sobre mercadoria (pneus) arrematada em leilão realizado pela Receita Federal, no Estado do Ceará, sem o pagamento do imposto para o Estado de destino físico da mercadoria (Bahia).

Na Decisão recorrida, a 3ª JJF julgou o Auto de Infração em epígrafe procedente, pois considerou que nas arrematações em leilões, promovidos pelo Poder Público, de mercadorias importadas e apreendidas, o recolhimento do ICMS seria feito em benefício da unidade Federada onde ocorrer a entrada das mercadorias, conforme previsto no Convênio ICM 10/81.

Comungando com o opinativo da ilustre representante da PGE/PROFIS, considero que a Decisão recorrida merece ser reformada, pois, na operação que ensejou a lavratura do Auto de Infração, a definição do local da operação e do estabelecimento responsável é regida pelo disposto no art. 11, I, “f”, da Lei Complementar nº 87/96, cujo teor transcrevo a seguir:

Art. 11. O local da operação ou da prestação, para os efeitos da cobrança do imposto e definição do estabelecimento responsável, é:

I - tratando-se de mercadoria ou bem:

f) aquele onde seja realizada a licitação, no caso de arrematação de mercadoria ou bem importados do exterior e apreendidos ou abandonados;

A Lei nº 7.014/96, no seu art. 13, I, e o RICMS-BA, no seu art. 47, XII, ao tratarem a matéria em questão, mantiveram praticamente a mesma redação da Lei Complementar.

Considerando que os dispositivos citados acima – art. 11, I, “f”, da LC 87/96, art. 13, I, da Lei nº 7014/96 e art. 47, XII, do RIMCS-BA – são específicos para os casos de mercadorias importadas e

que tenham sido arrematadas em leilão, concluo com base no princípio da especialização da legislação que são esses os dispositivos aplicáveis ao caso em tela. Em consequência, o imposto que está sendo cobrado neste lançamento não procede, pois era devido ao Estado do Ceará, já que foi lá que ocorreu o referido leilão.

Ressalto que deverá a autoridade fazendária competente programar nova ação fiscal visando a apuração da existência de imposto devido por substituição tributária a ser cobrado e, sendo o caso, que seja efetuado o lançamento.

Pelo acima exposto, voto pelo PROVIMENTO do Recurso Voluntário, para modificar a Decisão recorrida e julgar o Auto de Infração Improcedente.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 2ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **PROVER** o Recurso Voluntário apresentado para modificar a Decisão recorrida e julgar **IMPROCEDENTE** o Auto de Infração nº 279466.2034/06-0, lavrado contra **GUARDA CONFECÇÕES LTDA**. Recomendado à INFAZ de origem que verifique se há ICMS devido por antecipação tributária a ser lançado.

Sala das Sessões do CONSEF, 08 de agosto de 2007.

TOLSTOI SEARA NOLASCO – PRESIDENTE

ÁLVARO BARRETO VIEIRA – RELATOR

JOSÉ AUGUSTO MARTINS JÚNIOR – REPR. DA PGE/PROFIS